

APM de escola entra na Justiça contra reforma de ensino no Estado

Entidade pretende que a EEPSEG Jácomo Stávale, na Freguesia do Ó, não seja incluída no projeto

ROSA LUIZA BAPTISTELLA

A Associação de Pais e Mestres (APM) da Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus (EEPSG) Jácomo Stávale, na Freguesia do Ó, impetrou mandado de segurança preventivo, na 8ª Vara da Fazenda Pública, na tentativa de garantir que o estabelecimento não seja incluído no projeto de reforma de ensino do governo do Estado. O advogado Marcos de Souza e Silva, representante da APM, baseou-se no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Constituição de 88 e no Manifesto ao Povo Brasileiro do PSDB — partido do governador Mário Covas — distribuído à população durante a campanha eleitoral. Ao todo, a peça inclui 47 documentos.

Segundo Souza e Silva, todas as normas adotadas para a educação devem ter a participação popular, conforme estabelecem o estatuto e a Constituição. Além disso, o go-

verno está obrigado a garantir ensino gratuito próximo ao domicílio dos estudantes.

Em sua argumentação, o advogado destacou que o PSDB, em compromisso de campanha, propôs defender a democracia contra tentativas de retrocesso a situações autoritárias e aprimorar o funcionamento de instituições, por meio das causas de participação popular nas decisões políticas e do aperfeiçoamento da democracia representativa. "Esses são apenas alguns dos itens apontados", esclareceu.

A decisão judicial deve ser anunciada após o dia 18. Enquanto isso, Souza e Silva prepara ações para mais de uma dezena de escolas, que pretendem lutar contra o projeto do governo. A partir do ano que vem, a rede vai ser dividida. Algumas escolas atenderão apenas classes de 1ª a 4ª série, como no antigo grupo escolar, e outras abrigarão alunos de 5ª a 8ª. O principal argumento do

governo para a adoção do plano é a melhoria da qualidade de ensino.

A EEPSEG Jácomo Stávale adotou, há cerca de 10 anos, gestão conjunta, da qual participam administração, professores e APM. Com ajuda da comunidade, foi possível melhorar as condições físicas da escola, fato que concorreu para estimular estudantes e docentes. Levantamento encaminha-

do à Justiça comprova que nesse período o índice de aprovação cresceu de 63% para 94% e a taxa de evasão caiu de 18% para 5%. A escola tem cerca de 2 mil alunos, dos quais 572 matriculados entre a 1ª e 4ª séries.

No dia 13 de novembro, a rede estadual vai parar para discutir o projeto. Pais de alunos devem comparecer à escola de seus filhos para conhecer detalhes da reorganização. Várias delegacias de ensino já encaminharam à Secretaria de Educação os mapas da divisão das escolas.

DECISÃO
JUDICIAL DEVE
SAIR DEPOIS
DO DIA 18